



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1006960-14.2018.8.26.0037**
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Multas e demais Sanções**
Requerente: **José Fernando Bicaletto**
Requerido: **DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO**

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

JOSE FERNANDO BICALETTO ajuizou ação anulatória com pedido tutela antecipada em face do **DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO** alegando que na data de 15/04/2018, enquanto transitava pela Avenida São Carlos nº 3938, no Município de São Carlos, foi autuado por infração ao artigo 165 A do CTB. Sustentou a insubsistência do AIT tendo em vista não constar no auto de infração quaisquer outros sinais fisiológico-psicomotores que constatassem que o autor se encontrava embriagado, bem como a ausência do equipamento de que foi utilizado para aferição na abordagem. Em razão desses fatos pretende em tutela antecipada a suspensão os efeitos do processo administrativo e ao final a procedência da ação tornando-se definitiva a tutela concedida. Com a inicial vieram os documentos.

A tutela provisória foi indeferida. Contra esta decisão foi interposto agravo de instrumento ao qual foi dado provimento.

Citado, pelo requerido apresentou contestação, suscitando a correção na penalidade aplicada, cuja autuação seguiu, rigorosamente, as formalidades disposta na legislação de regência.

Houve réplica.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTO E DECIDO.

É possível o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

A ação é improcedente.

Com efeito, o autor foi autuado por infração de trânsito, disposta no artigo 165 A do CTB, acerca do que desnecessária a comprovação da embriaguez, diante da recusa na realização de teste, jungido as circunstâncias que permitam certificar a influência de álcool, como aconteceu no caso vertente. Ainda, importante salientar, que cabia ao autor a escolha em realizar exame clínico de colheita de sangue, ao que ficou inerte.

Acresce-se: nestes autos, o autor não conseguiu comprovar suas asserções exordiais, acerca das suscitadas irregularidades, claudicando com o ônus processual, pelo que, ao convencimento deste magistrado, dever sobrepujar a presunção de legalidade e legitimidade do ato administrativo, em detrimento da pretensão aqui deduzida.

Ante o exposto, julgo a ação **IMPROCEDENTE**.

Arcará o autor com as custas e despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios, que fixo em R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Deixo de proceder à remessa necessária. Oportunamente, arquivem-se.

P.I.C

Araraquara, 19 de dezembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**